



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23455.000237/2020-08**  
**ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO \_\_\_\_/2021-UFMS

**CONTRATO DE CONCESSÃO  
ADMINISTRATIVA DE USO DE ESPAÇO  
FÍSICO CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO  
GROSSO DO SUL E A EMPRESA**

Pelo presente instrumento particular a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**, instituída nos termos da Lei 6.674 de 05 de julho de 1979, inscrita no CNPJ/MF sob o número 15.461.510/0001-33, com sede e foro nesta Capital, representada pelo seu Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, Augusto Cesar Portella Malheiros, nomeado pela Portaria nº 1.169 de 28 de setembro de 2017, portador da matrícula funcional nº 1144834, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, com endereço \_\_\_\_\_, representada na forma de seus atos constitutivos, e, em decorrência da adjudicação objeto do Processo Licitatório nº 23455.000237/2020-08 – Pregão nº 07/2021, celebram este **CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE ESPAÇO FÍSICO**, com a finalidade específica de exploração de serviço de lanchonete no modelo Food Truck móvel, com fundamento na Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/1993 e demais normas supervenientes, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS CONVENÇÕES**

- 1.1. As contratantes adotam neste ajuste as designações simplificadas de “**CONCEDENTE**” para a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e “**CONCESSIONÁRIA**” para \_\_\_\_\_.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus Anexos, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

- 2.1. O presente Contrato tem como objeto a Concessão Administrativa Onerosa de Uso de Espaço Físico não edificado para exploração comercial de serviços de alimentação, por meio da disponibilização de LANCHONETE no modelo Food Truck Móvel (trailers, furgões ou caminhonetes adaptados) a ser instalada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus de Chapadão do Sul, envolvendo a disponibilização de 1 (uma) LANCHONETE, em área total de 12 m<sup>2</sup>, conforme adjudicado no Processo nº 23455.000237/2020-08 – Pregão Eletrônico nº 07/2021, do qual este é integrante.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

- 3.1. O presente ajuste terá vigência de 30 (trinta) meses, contado da data da sua assinatura.
- 3.1.1. Poderá, no interesse público, ter prorrogada sua vigência nos termos do Art. 57,II, da Lei 8.666, de 1993.
- 3.1.2. O prazo para início da execução do objeto deverá ocorrer em no máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogável por mais 15 dias, a requerimento expresso da CONCESSIONÁRIA.
- 3.2. O contrato resultante da presente licitação só terá validade e eficácia depois de publicado seu extrato no Diário Oficial da União.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES**

- 4.1. As obrigações da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA são aquelas definidas no Termo de Referência.
- 4.2. Demais condições:
- 4.2.1. O espaço deverá destinar-se única e exclusivamente à prestação de serviços de Lanchonete.

4.2.2. Alterações ou modificações no espaço físico oriundo desta concessão, tais como obras, instalações elétricas, iluminação, rede de internet, telefone, etc., são de inteira responsabilidade da empresa e devem ser acompanhadas por um profissional capacitado para a mesma e submetida à aprovação prévia da CONCEDENTE.

4.2.3. Conscientizar e cientificar seus empregados sobre as condutas adequadas às normas éticas da UFMS, bem como quanto a obrigatoriedade de observância às Normas de Segurança do Trabalho e da utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

4.2.4. A Contratada é corresponsável pelas condutas éticas de empregados no âmbito da UFMS, devendo contribuir para o uso racional dos recursos públicos e o zelo ao patrimônio público, sob pena de cominação criminal individualizada, além das medidas administrativas em desfavor da Contratada.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

5.1. Os termos, cláusulas e condições deste ajuste poderão ser alterados mediante Termo Aditivo, nas situações e limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93, observando o interesse público; excetuada a vigência, conforme prevista na CLÁUSULA 3ª.

5.2. Na hipótese da ocorrência, na forma da lei, de sub-rogação, cisão ou incorporação da **CONCESSIONÁRIA**, deverá ser celebrado ajuste contratual específico, observados os procedimentos estabelecidos na Lei 8.666/93 e outras disposições aplicáveis, respeitadas as mesmas condições previstas neste instrumento.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES E DO REAJUSTE

6.1. O valor mensal ajustado, pela concessão de uso do espaço físico descrito na Cláusula Segunda é de R\$ 97,74 (noventa e sete reais e setenta e quatro centavos).

6.2. O valor total ajustado, pelo período de vigência deste contrato, na data de sua publicação, corresponde a R\$ 1.172,88 (um mil cento e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

6.3. Durante o período de recesso escolar (janeiro e julho) e paralisações superiores a 15 (quinze) dias, conforme calendário acadêmico a ser estabelecido pela CONCEDENTE, o valor pelo uso do espaço público decorrente da concessão onerosa será reduzido pela CONCEDENTE em 50% (cinquenta por cento) de seu valor, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.4. Em caso de greve da CONCEDENTE ou em outros períodos em que a CONCESSIONÁRIA não funcione por força maior, a requerimento expresso da CONCESSIONÁRIA, o valor pelo uso do espaço público decorrente da concessão onerosa poderá a critério da CONCEDENTE não ser cobrado.

6.5. O valor da concessão será ajustado anualmente, sendo o primeiro reajuste realizado decorrido 12 (doze) meses do início da vigência, sempre com base na variação do IGP-M do período divulgado pela Fundação Getúlio Vargas-FGV.

6.6. Os valores dos produtos serão reajustados anualmente, sendo o primeiro reajuste realizado decorrido 12 (doze) meses do início da vigência, sempre com base na variação do IPCA do período divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

Cesta de Produtos - Conforme item 7.0.8 do Termo de Referência			
Item	DESCRIÇÃO DO ITEM	VARIEDADES - ESPECIFICAÇÃO	Preço Unitário
1	Salgados (unidade – min. 120 g.)	Biscoito de Queijo	
2		Coxinha de Frango simples	
3		Coxinha de Frango com Catupiry	
4		Empada de Frango simples	
5		Empada de Frango com Catupiry	
6		Empada de Palmito	
7		Enrolado de Presunto com Muçarela	
8		Enrolado de Salsicha	
9		Esfirra de Carne	
10		Folhado de Frango	
11		Folhado de Queijo	
12		Pão de Batata Recheado	
13		Pão de Queijo	
14		Pastel Assado de Frango	
15		Tortinha de Frango simples	
16		Tortinha de Frango com Catupiry	
17		Integral	
18		Vegetariano	

19	Bolos (fatia)	Broa de Fubá	
20		Com calda	
21		Comum - mínimo 02 sabores	
22	Bebidas (unidade)	Achocolatado com leite desnatado (300 ml)	
23		Achocolatado com leite integral (300 ml)	
24		Água de Coco - caixinha (200ml)	
25		Água sem gás (500ml)	
26		Água com gás (500ml)	
27		Cafezinho	
28		Café com leite (300 ml)	
29		Cappuccino com água	
30		Cappuccino com leite	
31		Chás industrializados (xícara de 200 ml) - mínimo 02 sabores	
32		Energético - lata (250ml)	
33		Iogurte – garrafinha (170ml)	
34		Isotônico	
35		Refresco (300 ml) - mínimo 02 sabores	
36		Refrigerante (250 ml)	
37		Refrigerante - lata (350 ml) - comum, diet e light - mínimo 02 sabores de cada	
38		Refrigerante - garrafa (600 ml) - mínimo 02 sabores	
39		Suco – caixinha (200ml) - comum, diet e light - mínimo 02 sabores de cada	
40		Suco - lata (335ml) - comum, diet e light - mínimo 02 sabores de cada	
41		Vitaminas simples (300ml): leite (integral e desnatado) e fruta ou polpa de fruta	
42		Vitaminas especiais (300 ml): suco de laranja ou leite com pelo menos 02 frutas naturais	
43		Suco Natural (300 ml) -mínimo 03 tipos	
44		Suco Concentrado de Polpa de Fruta (300 ml) - mínimo 03 sabores	
45	Sanduíches (unidade)	Misto Quente	
46		Pão com Queijo	
47		Pão com Presunto	
48		Sanduíche Natural (industrializado)	
49	Frutas (unidade)	Frutas (30gr) mínimo 03 tipos	
50		Salada de Frutas (300 ml) com no mínimo 04 tipos de frutas	
51	Diversos (unidade)	Creme de Açaí (300 ml)	
52		Cachorro Quente	
53		Pão com Ovo	
TOTAL DA CESTA DE PRODUTOS			

7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá recolher mensalmente o valor da concessão de uso do espaço e do consumo de energia elétrica, através de depósito pela Guia de Recolhimento da União, em qualquer agência do Banco do Brasil S/A, Conta Única da CONCEDENTE, no código identificador, que será fornecido pela CONCEDENTE.

7.2. O pagamento a que se refere o item anterior, deverá ser feito até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, após o que será constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso, inclusive com a incidência de mora diária de 1% ao mês.

7.3. O atraso no pagamento por período superior a 03 (três) meses, consecutivos ou alternados, dará ensejo à CONCEDENTE de providenciar a imediata restituição do espaço objeto da concessão, ficando desde já ciente a CONCESSIONÁRIA, de seu impedimento de ingressar com ação judicial reivindicando sua permanência no espaço.

7.4. Para efeito de controle e recebimento, os meses deverão ser considerados do 1º ao último dia; no caso de início do contrato em período diferente, deverá ser recolhido o valor do início até o último dia do mês.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DA DEVOLUÇÃO DO ESPAÇO

8.1. Findo o contrato, a CONCESSIONÁRIA compromete-se a devolver à CONCEDENTE o espaço objeto deste Contrato, conforme estabelecido pelo item 11.23 do Termo de Referência.

8.2. O não atendimento do item acima dará ensejo à CONCEDENTE de promover a desocupação extrajudicial, sem necessidade de determinação judicial.

## 9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONCEDENTE, através de servidor designado, acompanhará e fiscalizará a execução do presente Contrato, na conformidade do disposto no art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

9.2. O representante da Administração anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou irregularidades.

9.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência daquele representante deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Resolução 143 CD, de 28 de agosto de 2019 da UFMS a CONCESSIONÁRIA que, na fase de execução contratual:

### **10.2. Não celebrar o contrato:**

10.2.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;

10.2.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;

10.2.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços

### **10.3. Sanções aplicáveis para as condutas 10.2.1, 10.2.2, 10.2.3:**

10.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;

10.3.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

10.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

### **10.4. Apresentar documentação falsa:**

10.4.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;

10.4.2. adulterar documento, público ou particular;

10.4.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada

### **10.5. Sanções aplicáveis para as condutas 10.4.1., 10.4.2., 10.4.3.:**

10.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;

10.5.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 3 (três) anos;

10.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;

### **10.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:**

10.6.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.

10.6.2. deixar de prestar garantia quando exigido.

### **10.7. Sanções aplicáveis para a conduta 10.6.1:**

10.7.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.

10.7.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços

### **10.8. Sanções aplicáveis para a conduta 10.6.2:**

10.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;

10.8.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 01 (ano) ano;

10.8.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

### **10.9. Falhar na execução do contrato**

10.9.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;

10.9.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;

10.9.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;

10.9.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registrados;

10.9.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.

### **10.10. Sanções aplicáveis para as condutas 10.9.1, 10.9.2, 10.9.3, 10.9.4, 10.9.5:**

10.10.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;

- 10.10.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;
- 10.10.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;
- 10.11. **Fraudar na execução do contrato**
- 10.11.1. elevar arbitrariamente os preços;
- 10.11.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;
- 10.11.3. entregar um material por outro;
- 10.11.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;
- 10.11.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;
- 10.12. **Sanções aplicáveis para as condutas 10.11.1, 10.11.2, 10.11.3, 10.11.4, 10.11.5:**
- 10.12.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 10.12.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido
- 10.13. **Comportar-se de modo inidôneo**
- 10.13.1. realizar atos comprovadamente de má- fé ou com dolo;
- 10.13.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
- 10.13.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;
- 10.13.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;
- 10.14. **Sanções aplicáveis para as condutas 10.13.1, 10.13.2, 10.13.3, 10.13.4:**
- 10.14.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;
- 10.14.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%
- 10.15. **Cometer fraude fiscal**
- 10.15.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;
- 10.15.2. omitir informações em suas notas fiscais;
- 10.15.3. falsificar ou alterar notas fiscais
- 10.16. **Sanções aplicáveis para as condutas 10.15.1, 10.15.2, 10.15.3:**
- 10.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;
- 10.16.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.
- 10.16.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a CONCEDENTE pelos prejuízos causados;
- 10.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONCESSIONÁRIA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.18. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONCEDENTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 10.19. Caso a CONCEDENTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 10.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.22. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.23. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.24. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.26. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

10.27. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.27.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.27.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.27.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.28. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONCESSIONÁRIA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.29. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONCEDENTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.29.1. Caso a CONCEDENTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.30. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.31. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.32. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.33. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.34. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.35. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

11.1. Será providenciada, pela CONCEDENTE, a publicação, resumida, deste instrumento de contrato, no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias, contado do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS**

12.1. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

13.1. Este Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento do que está ajustado ou por infringência de disposição da Lei 8.666/93, com as devidas cominações legais, cabendo à parte prejudicada denunciar o contrato no prazo de 30 (trinta) dias. Poderão as partes, de comum acordo, rescindir o presente, desde que obedecidos os princípios legais e constitucionais.

13.2. Da mesma forma o presente Contrato poderá ser rescindido por iniciativa conjunta das partes, através de acordo expresso e unilateralmente pela **CONCEDENTE**, havendo conveniência e interesse público, devidamente justificados, sendo necessária comunicação expressa com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

13.3. Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de ato especial, retornando a área do espaço à CONCEDENTE, sem direito da CONCESSIONÁRIA a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se:

13.3.1. vier a ser dado à área concedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Contrato;

13.3.2. houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Concessão;

13.3.3. ocorrer renúncia à concessão ou se a(o) CONCESSIONÁRIA deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;

13.3.4. houver, em qualquer época, necessidade de a CONCEDENTE dispor, para seu uso, da área vinculada a este Contrato;

13.3.5. ocorrer inadimplemento de cláusula contratual;

13.4. A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Para dirimir questões oriundas deste contrato é competente a Seção Judiciária da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, subseção de Campo Grande, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, firmam o presente, assinando eletronicamente.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Empresa Concessionária



6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0),  
informando o código verificador **2653145** e o código CRC **437F34E0**.

### **SECRETARIA DE LICITAÇÕES**

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23455.000237/2020-08

SEI nº 2653145